

Atlas Juazeiro Holding Ltda.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais consolidadas	3
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	6
Demonstrações de resultados individuais e consolidadas	7
Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas	9
Demonstração dos fluxos de caixa individuais e consolidadas	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Quotistas e Diretores da
Atlas Juazeiro Holding Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Juazeiro Holding Ltda (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlas Juazeiro Holding Ltda, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Atlas Juazeiro Holding Ltda

Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022		
Caixa e equivalentes de caixa	8	532	8	61.403	18.429	Fornecedores	13	11.327	13.003	14.143	14.973
Contas a receber	9	6.502	14.598	22.673	25.627	Obrigações fiscais		-	28	618	461
Impostos a recuperar		2	27	208	194	Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	1.587	983
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		351	300	1.173	860	Financiamentos	14	-	-	13.725	13.452
Adiantamento a fornecedores		23	25	1.330	1.632	Provisão de ressarcimento	16	-	-	23.394	16.009
Despesas antecipadas		-	-	1.473	1.424	Dividendos a pagar	22	16.246	14.753	16.246	14.753
Dividendos a receber	22	16.175	14.753	-	-	Outras contas a pagar	13	30	25	604	311
Outras contas a receber		5.826	-	5.826	18						
Total do ativo circulante		29.411	29.711	94.086	48.184	Total do passivo circulante		27.603	27.809	70.317	60.942
Aplicações financeiras vinculadas	10	-	-	13.442	12.214	Financiamentos	14	-	-	232.297	244.210
Total do realizável a longo prazo		-	-	13.442	12.214	Provisão para desmobilização	15	-	-	21.564	22.675
Investimentos em controladas	11	246.737	215.211	-	-	Total do passivo não circulante		-	-	253.861	266.885
Imobilizado	12	-	3	465.195	484.545	Patrimônio líquido	17				
Total do ativo não circulante		246.737	215.214	478.637	496.759	Capital social		194.681	211.031	194.681	211.031
						Reserva de retenção de lucros		53.864	6.085	53.864	6.085
Total do ativo		276.148	244.925	572.723	544.943	Total do patrimônio líquido		248.545	217.116	248.545	217.116
						Total do passivo e patrimônio líquido		276.148	244.925	572.723	544.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atlas Juazeiro Holding Ltda

Demonstrações de resultados individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	18	-	-	125.891	108.573
Custos de operação	19	-	-	(37.659)	(37.558)
Lucro bruto		-	-	88.232	71.015
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(86)	(504)	(890)	(1.561)
Outras receita / (despesas) operacionais		-	-	758	64
Resultado antes das receitas / (despesas) financeiras líquidas e impostos		(86)	(504)	88.100	69.518
Receitas financeiras		98	1.234	4.972	5.086
Despesas financeiras		(688)	(397)	(23.293)	(28.294)
Resultado financeiro líquido	20	(590)	837	(18.321)	(23.208)
Resultado de equivalência patrimonial	11	64.701	41.203	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		64.025	41.536	69.779	46.310
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	(91)	(5.754)	(4.865)
Lucro líquido do exercício		64.025	41.445	64.025	41.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atlas Juazeiro Holding Ltda

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	64.025	41.445	64.025	41.445
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	64.025	41.445	64.025	41.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atlas Juazeiro Holding Ltda

Demonstração das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
		Capital subscrito	Capital a integralizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		245.482	(1)	24.802	-	270.283
Integralização de capital social	17.a	1.274	-	-	-	1.274
Redução de capital	17.a	(35.724)	-	-	-	(35.724)
Lucro do exercício		-	-	-	41.445	41.445
Reserva de retenção de lucros	17.b	-	-	41.445	(41.445)	-
Distribuição de dividendos	17.c	-	-	(60.162)	-	(60.162)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		211.032	(1)	6.085	-	217.116
Redução de capital	17.a	(17.000)	-	-	-	(17.000)
Aumento de capital	17.a	650	-	-	-	650
Lucro do exercício		-	-	-	64.025	64.025
Distribuição de dividendos	17.c	-	-	-	(16.246)	(16.246)
Reserva de retenção de lucros	17.d	-	-	47.779	(47.779)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		194.682	(1)	53.864	-	248.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Atlas Juazeiro Holding Ltda

Demonstração dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	64.025	41.536	69.779	46.310
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com os recursos das atividades operacionais:				
Depreciação do ativo imobilizado	12	-	20.016	18.033
Amortização da provisão de desmobilização	12	-	666	636
Juros sobre financiamentos	14	-	17.113	19.750
Bônus de adimplência	14	-	(916)	(388)
Atualização do custo da desmobilização	12 e 15	-	(3.948)	-
Atualização monetária da provisão para desmobilização	15	-	1.505	1.336
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	20	(1.234)	-	(1.234)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(64.701)	(41.203)	-
Outras receitas – <i>constrained off</i>			(13.523)	-
Provisão de ressarcimento	16	-	17.779	5.235
Resultado ajustado	(676)	(901)	108.471	89.678
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber	8.096	9.959	9.961	(11.711)
Impostos a recuperar	28	(4)	(14)	(139)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(51)	(300)	(313)	(230)
Adiantamento a fornecedores	2	(25)	302	823
Despesas antecipadas	-	-	(49)	(1.424)
Outras contas a receber	(5.826)	2.082	(5.808)	2.064
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(1.026)	(16.378)	(180)	3.894
Pagamento de ressarcimento	-	-	(3.878)	-
Obrigações fiscais	(28)	28	157	137
Outras contas a pagar	5	(32)	293	(662)
Caixa (aplicado nas)/ gerado pelas atividades operacionais	524	(5.571)	108.942	82.430
Pagamento de juros de financiamentos	14	-	(16.814)	(22.581)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(91)	(5.150)	(4.679)
Caixa líquido (aplicado nas)/ gerado pelas atividades operacionais	524	(5.662)	86.978	55.170
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Mútuos financeiros com partes relacionadas	-	1.082	-	1.082
Redução de capital em investidas	11	17.000	16.000	-
Dividendos recebidos	11 e 22	14.753	30.229	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	31.753	47.311	-	1.082
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	(1.228)	(1.248)
Pagamento de financiamentos (principal)	14	-	(11.023)	(10.597)
Redução de capital	17.a	(17.000)	(15.319)	(15.319)
Dividendos pagos	17.b	(14.753)	(14.753)	(26.451)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(31.753)	(41.770)	(44.004)	(53.615)
Aumento / (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	524	(121)	42.974	2.637
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	8	129	15.792
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	532	8	61.403
		524	(121)	42.974
				2.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Atlas Juazeiro Holding Ltda. (“Empresa” ou “Controladora”) é uma holding, constituída na forma de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.399, andar 1, sala 13ª, Brooklin Paulista, cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

A Empresa tem como controladora a Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. e como controlador final o GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

A Empresa foi constituída em 03 de maio de 2019 com o objetivo de centralizar os investimentos nas Empresas que compõem o complexo de usinas fotovoltaicas de Juazeiro, desta forma a Empresa recebeu, em 18 de junho de 2019, o controle dos investimentos da Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda., Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda., Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda. e Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda, As movimentações dos investimentos em suas controladas podem ser observadas na nota explicativa nº11.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa abrangem a Empresa e suas controladas (conjuntamente referidas como “Empresa” ou “Grupo”). O Grupo está envolvido primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica.

O Controlador da GIP Helios II S.A, comunicou aos seus acionistas e ao mercado que no dia 30 de outubro de 2023, celebrou com a Engie Brasil Energia Complementares Participações Ltda. (“EBECP”) um Contrato de Compra e Venda de Ações da controladora direta da Companhia, Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.

O fechamento da operação regulada pelo Contrato está sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes e à aprovação das autoridades reguladoras, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”). Em 07 de novembro de 2023 o CADE aprovou a operação, a Companhia espera concluir assim que as demais outras condições precedentes forem atendidas, considerando que se tais condições não forem cumpridas, a transação poderá eventualmente não se materializar.

1.1 Autorizações para exploração

As controladas atuam no ambiente de contratação regulado e participaram de leilões para contratação de energia promovidos pela ANEEL e como vencedoras receberam a autorização para explorar o potencial de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica pelo período de 35 anos.

As controladas participaram dos Leilões de Energia de Reserva (“LER”), os contratos de fornecimento de energia são firmados exclusivamente com a CCEE pelo prazo de 20 anos, consumindo 100% da garantia física das usinas. Somente após este período, as controladas poderão negociar a energia gerada em outros ambientes de comercialização. Ao final do prazo de

autorização as controladas poderão solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possuem direito a receber qualquer indenização dos bens do ativo imobilizado.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada:

<i>Usina</i>	<i>Leilão de:</i>	<i>Período da autorização</i>	<i>Potência (MWmédio)</i>	<i>Garantia Física (MWmédio)</i>	<i>Período suprimento</i>	<i>Preço / MWh</i>	<i>Ambiente Contratação</i>	<i>Estado</i>	<i>Índice de reajuste</i>	<i>Início da operação comercial</i>
Juazeiro I	set/15	01/06/2016 a 01/06/2051	30,00	8,7	01/11/2018 a 31/10/2038	R\$ 454,31	ACR - 08º LER	BA	IPCA	12/12/2018
Juazeiro II	set/15	01/06/2016 a 01/06/2051	30,00	8,7	01/11/2018 a 31/10/2038	R\$ 454,31	ACR - 08º LER	BA	IPCA	18/12/2018
Juazeiro III	set/15	01/06/2016 a 01/06/2051	30,00	8,7	01/11/2018 a 31/10/2038	R\$ 454,31	ACR - 08º LER	BA	IPCA	13/12/2018
Juazeiro IV	set/15	01/06/2016 a 01/06/2051	30,00	8,7	01/11/2018 a 31/10/2038	R\$ 454,31	ACR - 08º LER	BA	IPCA	19/12/2018

1.2 Constrained-off

Desde 2020, o desempenho das usinas solares é impactado pela limitação relativa ao volume de energia a ser gerada a qual foi imposta pelo operador brasileiro do sistema (ONS). Estas usinas sofreram um impacto significativo na geração de energia, devido ao aumento da frequência e duração da limitação de potência imposta pelo operador. Esse aumento foi potencializado pelo início do período de alta geração eólica na região Nordeste, pela pequena capacidade das linhas de transmissão que interligam os submercados, pela menor demanda de carga do sistema e pelos maiores níveis de água nos reservatórios das hidrelétricas. Em 2023, mediante as publicações e sinalizações de abatimentos e recebimentos dos valores pertinentes ao *constrained-off*, a Empresa reconheceu o montante de R\$ 13.523, cujo impactos contábeis podem ser verificados nas explicativas nº 9, 16 e 18.

1.3 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade do Grupo em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas da Empresa:

Controladas	País	Participação	Participação
		em 31/12/2023	em 31/12/2022
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.	Brasil	100%	100%
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda.	Brasil	100%	100%
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda.	Brasil	100%	100%
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda.	Brasil	100%	100%

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de fevereiro de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Aplicação financeira que é mensurada ao valor justo.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação e funcional da Empresa é o Real, e essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis (imobilizado) – Nota explicativa nº 12:** Refere-se a ativos de imobilizados de uso, a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover, limitando-se ao prazo de autorização de exploração, dos dois o menor;
- **Análise de redução ao valor recuperável da Planta fotovoltaica – Nota explicativa nº12:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis da Planta fotovoltaica;
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – Nota explicativa nº 15:** Refere-se às principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições iniciais do contrato;
- **Reconhecimento da provisão de ressarcimento – Nota explicativa nº16:** a provisão de ressarcimento é reconhecida quando a geração da planta for inferior ao montante contratado pela CCEE, conforme relatório de geração da planta; e
- **Instrumentos financeiros - Nota explicativa nº 23 -** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Empresa controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir da data em que a Empresa obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Empresa desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de

controle é reconhecido no resultado. Se a Empresa retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Empresa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Empresa na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional entidades da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado

c. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato seja em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia de reserva é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

e. Provisão de ressarcimento e cessão a pagar

A Empresa detém contrato de venda de energia de reserva com a CCEE, o qual prevê a entrega de uma quantidade específica de energia ao longo do prazo do contrato. A cada 12 meses a CCEE realiza o levantamento de geração dos últimos 12 meses e compara com o montante de energia contratada para o mesmo período, caso a Empresa tenha gerado energia abaixo do previsto no contrato, será pago a diferença a preço *spot* para a CCEE em 12 parcelas subsequentes a este levantamento.

Caso no levantamento da CCEE seja apurado que a Empresa tenha gerado energia acima do previsto no contrato, a Empresa reconhece um contas a receber com a CCEE que será recebido em 12 parcelas subsequentes a este levantamento a preço *spot*.

Tendo em vista este processo, a Empresa realiza o acompanhamento mensal da geração da planta versus a quantidade prevista no mês, com base no histórico de geração fornecido pela equipe comercial, e quando a geração ocorre abaixo da prevista no contrato, é reconhecida uma provisão de ressarcimento a pagar, em caso de geração acima da prevista no contrato, reconhecemos um contas a receber.

f. Imposto de renda e contribuição social

Regime de tributação pelo Lucro Real – Controladora.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30 % do lucro real do exercício.

Regime de tributação pelo Lucro Presumido – Controladas.

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada pela administração da Empresa, no qual de ativos operacionais fluirá em benefícios econômicos, conforme quadro abaixo:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	30 anos
Móveis e utensílios	10 anos

A taxa de depreciação do item Planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta.

A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contêm cláusulas que obrigam a Empresa, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores à implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 15.

i. Instrumentos financeiros

(ii) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(iii) Classificação e mensuração subsequente

a) Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado; ou
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros VJR	a	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
-------------------------------	----------	---

Ativos financeiros custo amortizado	a	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	----------	--

d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iv) Desreconhecimento

a) Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Empresa mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas” de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos

que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Durante o exercício, não foi identificado nenhum indicador de desvalorização e por conta disso, não houve teste por redução ao valor recuperável.

k. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é

reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, aos quais o Grupo não espera impactos significativos.

O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020 visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, o Grupo não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

O Grupo monitora os desenvolvimentos futuros.

b) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

c) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

O Grupo não participa de acordo de financiamento da cadeia de suprimentos para o qual as novas divulgações serão aplicadas.

d) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16)
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controlada		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Depósitos bancário (a)	102	8	904	549
Aplicações financeiras curto prazo (b)	430	-	60.499	17.880
Caixa e equivalentes de caixa	532	8	61.403	18.429

- (a) Inclui numerário disponível, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 100% em 31 de dezembro de 2023 (76% 31 de dezembro de 2022), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes - LER (a)	-	-	16.171	11.029
Contas a receber de partes relacionadas (b)	4.101	8.690	4.101	8.690
Outras contas a receber (c)	2.401	5.908	2.401	5.908
Contas a receber de clientes	6.502	14.598	22.673	25.627

- (a) Referem-se ao registro do contrato de Leilão de Energia de Reserva (LER) firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A empresa liquida mensalmente os saldos de contas a receber. Do montante total apresentado, R\$ 13.523 referente ao *constrained-off* conforme nota explicativa nº 1.2.
- (b) Conforme nota explicativa nº 22
- (c) Refere-se a fianças a receber

A Empresa entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante a título de provisão para crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os títulos da CCEE, de modo que se espera a liquidação dos saldos em aberto no decorrer de 2023.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado	
	2023	2022
Depósito caução – Garantia Financiamento	13.442	12.214

Total 13.442 12.214

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, de depósito caução é relativo ao contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Conforme contratos, antes de cada desembolso as controladas possuem a obrigação de depositar em caução 2,5% do valor do desembolso recebido. Os valores são mantidos como caixa restrito e estarão disponíveis para utilização a longo prazo, conforme realização dos pagamentos.

11 Investimento em controladas

A seguir é apresentada a composição dos investimentos:

Composição do investimento	Part %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2023
<i>Investimentos em controladas</i>					
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda	100%	54.907	11.389	11.389	54.907
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda	100%	64.242	17.757	17.757	64.242
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda	100%	64.926	17.152	17.152	64.926
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda	100%	62.662	18.403	18.403	62.662
Participação no capital		<u>246.737</u>	<u>64.701</u>	<u>64.701</u>	<u>246.737</u>

Composição do investimento	Part %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2022
<i>Investimentos em controladas</i>					
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda	100%	50.365	7.135	7.135	50.365
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda	100%	52.924	10.232	10.232	52.924
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda	100%	58.063	11.816	11.816	58.063
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda	100%	53.859	12.020	12.020	53.859
Participação no capital		<u>215.211</u>	<u>41.203</u>	<u>41.203</u>	<u>215.211</u>

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras da controladora ocorreram da seguinte forma:

<i>Investimentos em controladas</i>	Part%	31/12/2022	Redução de capital	Distribuição de lucros	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2023
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.	100%	50.365	(4.000)	(2.847)	11.389	54.907
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda.	100%	52.924	(2.000)	(4.439)	17.757	64.242
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda.	100%	58.063	(6.000)	(4.289)	17.152	64.926
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda.	100%	53.859	(5.000)	(4.600)	18.403	62.662
Total		<u>215.211</u>	<u>(17.000)</u>	<u>(16.175)</u>	<u>64.701</u>	<u>246.737</u>

Atlas Juazeiro Holding Ltda.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023 e 2022

<i>Investimentos em controladas</i>	Part%	Saldo em 31/12/2021	Redução de capital	Distribuição de lucros	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2022
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.	100%	59.376	(4.871)	(11.275)	7.135	50.365
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda.	100%	62.460	(3.337)	(16.431)	10.232	52.924
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda.	100%	64.868	(548)	(18.073)	11.816	58.063
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda.	100%	64.809	(4.808)	(18.162)	12.020	53.859
Total		251.513	(13.564)	(63.941)	41.203	215.211

O quadro abaixo resume as informações financeiras das controladas na Empresa para 31/12/2023 e 31/12/2022:

Controladas	2023					
	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.	46.367	135.228	80.320	54.907	29.652	11.389
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda.	50.924	142.360	78.118	64.242	32.352	17.757
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda.	52.064	141.505	76.577	64.926	31.323	17.152
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda.	48.859	140.395	77.735	62.662	32.564	18.403

Controladas	2022					
	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.	50.367	129.327	78.960	50.365	26.196	7.135
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda.	52.924	132.004	79.080	52.924	26.551	10.232
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda.	58.064	136.644	78.580	58.063	27.817	11.816
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda.	53.859	132.011	78.153	53.859	28.009	12.020

12 Imobilizado

Descrição

Custo de aquisição:	31/12/2021	Adições	31/12/2022	Adições	Baixa	31/12/2023
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	541.159	-	541.159	-	-	541.159
Movéis e utensílios	20	-	20	-	-	20
Custo de desmantelamento (a)	18.576	-	18.576	-	-	18.576
Total	559.755	-	559.755	-	-	559.755

Depreciação acumulada	31/12/2021	Adições	31/12/2022	Adições	Atualização (b)	31/12/2023
------------------------------	------------	---------	------------	---------	--------------------	------------

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	(55.136)	(18.033)	(73.169)	(20.016)	-	(93.185)
Custo de desmantelamento (a)	(1.405)	(636)	(2.041)	(666)	1.332	(1.375)
Total	(56.541)	(18.669)	(75.210)	(20.682)	1.332	(94.560)
Total do imobilizado	503.214	(18.669)	484.545	(20.682)	1.332	465.195

a) Conforme nota explicativa nº 15.

b) Refere-se a atualização dos saldos de desmobilização mediante reavaliação do acervo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Empresa avaliou as informações disponíveis interna e externamente e não identificou qualquer evidência de perda do valor recuperável de seu imobilizado.

Os ativos detidos pela Empresa compõem as garantias da operação de financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº14.b.

13 Fornecedores e contas a pagar

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contratação de serviços	10	6	2.826	1.976
Fornecedores partes relacionadas (a)	11.317	12.997	11.317	12.997
Total de fornecedores	11.327	13.003	14.143	14.973
Outras contas a pagar (b)	30	25	604	311
Total	30	25	604	311
Total de fornecedores e outras contas a pagar	11.357	13.028	14.747	15.284

(a) Conforme nota explicativa nº 22.

(b) Refere-se a serviços a faturar de operação e manutenção da planta de R\$482 e serviços de auditoria R\$122.

A informação sobre a exposição da Empresa aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 23.

14 Financiamentos

	Consolidado	
	2023	2022
Financiamentos com instituições financeiras		
Saldo inicial	257.662	271.478

Pagamento do principal	(11.023)	(10.597)
Juros incorridos no exercício (i)	17.113	19.750
Juros pagos (i)	(16.814)	(22.581)
Bônus de adimplência	(916)	(388)
Saldo final	246.022	257.662
Passivo circulante	13.725	13.452
Passivo não circulante	232.297	244.210

- (i) O IPCA, indexador pós fixado dos juros sobre os financiamentos foi em 31 de dezembro de 2023 de 4,46% (5,62% em 31 de dezembro de 2022).

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

Em 2018 foram celebrados os contratos de abertura de crédito junto ao Banco BNB exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, onde foi liberado o crédito total de R\$ 316.740 com vencimento em 15 de março de 2038. O prazo de financiamento é de 20 anos, com carência de 2 anos para o principal e pagamento trimestral de juros, calculados através da taxa de 2,08% a.a. + IPCA. Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

Vencimento em:	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	18.071
2025	16.593	18.071
2026	16.593	18.071
2027	16.593	18.071
2028	16.593	18.071
2029 até 2038	165.925	153.855
	232.297	244.210

A Empresa possui um bônus de adimplência de 15% sobre os juros, caso realize os pagamentos conforme os vencimentos, sem atrasos. O financiamento está garantido pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme no item “b” a seguir.

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) que o eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da dívida captada junto ao BNB, os principais *covenants* são:

- Cumprir rigorosamente a legislação específica ambiental;
- Comprovar perante o BNB a correta aplicação dos recursos captados; e
- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) inerentes ao contrato de financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Empresa.

b. Garantias prestadas

Os financiamentos celebrados pelas controladas da Empresa com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), tem como fiadores o Banco BTG Pactual e o Banco Bradesco. Os Fiadores emitiram cartas de fiança em favor do BNB, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Empresa.

A título de contragarantia em favor dos Fiadores, as obrigações das controladas foram asseguradas pelas seguintes garantias:

- a) garantia fidejussória prestada pela Empresa;
- b) alienação fiduciária de quotas das controladas, de titularidade da Empresa e da Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda;
- c) alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade das controladas;
- d) cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos dos Projetos de titularidade das controladas e das contas relacionadas ao Projeto; e

15 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Empresa tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

Em 01 de janeiro de 2019, as controladas reconheceram inicialmente a provisão para desmobilização da usina fotovoltaica no montante de R\$11.552. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 6,24%.

Mediante mudança do cenário nacional, a Administração apurou um aumento dos custos dos serviços necessários para a desmobilização e o avanço das taxas de juros no mercado nacional. Desta forma em 31 de dezembro de 2021 a Administração atualizou o estudo de desmobilização do ativo, e passou a reconhecer um acréscimo à provisão no montante de R\$7.024.

Este montante foi mensurado mediante a subtração do saldo remanescente da provisão, menos a projeção dos custos necessários para desmobilização do ativo até 31 de dezembro de 2035 e descontado a valor presente pela taxa de desconto de 7,74%.

Este acréscimo foi reconhecido em contrapartida ao custo de desmobilização no Imobilizado, conforme nota explicativa nº12, assim como o valor originalmente reconhecido.

O valor de desmobilização é amortizado mensalmente. A seguir a abertura dos saldos registrados no ativo imobilizado:

Planta	Imobilizado					
	31/12/2021	Amortização	31/12/2022	Amortização	Atualização (a)	31/12/2023
Juazeiro I	4.293	(159)	4.134	(167)	333	4.300
Juazeiro II	4.293	(159)	4.134	(167)	333	4.300
Juazeiro III	4.293	(159)	4.134	(166)	333	4.301

Juazeiro IV	4.292	(159)	4.133	(166)	333	4.300
Total	17.171	(636)	16.535	(666)	1.332	17.201

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi a seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	22.675	21.339
Atualização da desmobilização (a)	(2.616)	-
Atualização monetária da provisão	1.505	1.336
Saldo final	21.564	22.675

(a) Refere-se à atualização do saldo do acervo de desmobilização

16 Provisão de ressarcimento

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	16.009	10.774
Provisão de ressarcimento – contratual	17.779	5.235
Abatimento de <i>constrained-off</i> (*)	(6.516)	-
Pagamento de ressarcimento a clientes	(3.878)	-
Total de provisão de ressarcimento e cessão a pagar	23.394	16.009

(*) Conforme mencionado na nota explicativa 1.2, desde 2020, o desempenho das usinas solares da Empresa é impactado pela limitação relativa ao volume de energia a ser gerada a qual foi imposta pelo Operador Nacional do Sistema elétrico(ONS), *constrained-off*.

Conforme previsto nos PPAs firmados no Leilão de Energia de Reserva (LER), o Grupo realiza o acompanhamento da curva de geração mensal versus a curva mensal prevista em contrato, e reconhece provisões de custos de ressarcimento em caso de geração energética inferior à quantidade mensal contratada, e receita adicional em caso oposto. Ao final de cada ano do contrato (12 meses) é realizada a apuração das provisões, resultando em um valor a receber adicional ou um custo a pagar. Os valores serão atualizados mensalmente e ao final de 12 meses serão apurados e caso a Empresa permaneça com a geração abaixo do volume contrato, irá reconhecer um ressarcimento a pagar.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa procedeu com pagamento de R\$ 3.878 de ressarcimento junto a clientes (R\$ 0 no exercício de 2022). Com o término do ano contratual que ocorrerá em julho de 2024, a Empresa possui provisão em aberto em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 23.394 (R\$ 16.009 em 31 de dezembro de 2022).

A Empresa realizou a provisão para ressarcimento para o período de medição de novembro de 2022 a outubro de 2023 no montante de R\$ 17.779 (R\$ 5.235 em 31 de dezembro de 2022).

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito da Empresa é de R\$ 194.681 (R\$ 211.031 em 31 de dezembro de 2022), representado por 194.681 quotas, (211.031 quotas em 31 de dezembro de 2022) nominativas e sem valor nominal, integralizadas pelas sócias Atlas Energia Renovável do Brasil S.A., detentora de 99,99% das quotas e Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda., detentora de 0,01% das quotas.

Ao longo de 2023 ocorreu a redução de capital no montante de R\$17.000 via transferência bancária em junho de 2023. Adicionalmente, ocorreu aumento de capital social no montante de R\$ 650 de saldos em aberto em contas a pagar com partes relacionadas, junto à controladora Atlas Energia Renovável do Brasil S.A., conforme detalhado na nota explicativa nº 25.

Em setembro de 2022 houve aumento de capital social no montante de R\$ 1.274, sendo R\$ 593 pela liquidação dos saldos em aberto em contas a pagar com partes relacionadas, junto à controladora Atlas Energia Renovável do Brasil S.A., conforme detalhado na nota explicativa nº 25, e R\$ 681 mediante a transferência bancária.

b. Distribuição de dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração deliberou através da Ata de Reunião de Quotistas a distribuição de dividendos no montante de R\$ 16.246. Os saldos de distribuição de lucros foram destinados e não foram pagos.

Em 31 de dezembro de 2022 foram destinados R\$ 60.162. Do total destinado, a Empresa pagou aos diretamente aos quotistas o montante de R\$ 26.451 por meio de transferência bancária e R\$ 18.958 através de liquidação dos saldos em aberto em contas a receber com partes relacionadas, junto à controladora Atlas Energia Renovável do Brasil S.A., conforme detalhado na nota explicativa nº 25. O saldo remanescente no montante de R\$ 14.753 foi pago ao longo de 2023 via transferência bancária.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023 a Empresa destinou para reserva de retenção de lucros o montante de R\$ 47.779 (R\$ 41.445 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, a Empresa apresenta saldo em 31 de dezembro de 2023 reserva de retenção de lucros no montante de R\$53.864 (R\$ 6.085 em 31 de dezembro de 2022).

18 Receita operacional líquida

A Empresa gera receita apenas pela venda de energia elétrica produzida pelas usinas fotovoltaicas. Os contratos geram fluxos de receita fixa. A tabela a seguir apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes apresentadas na demonstração do resultado do exercício que é condizente com as receitas bruta para fins fiscais:

	Consolidado	
	2023	2022
Receita contrato de energia de reserva (LER)	117.052	112.686
Outras receitas - <i>constrained off</i> (*)	13.523	-
Receita no mercado curto prazo (MCP)	83	-

Impostos sobre venda	(4.767)	(4.113)
Total da receita operacional líquida	125.891	108.573

Durante o exercício de 2023 a Empresa gerou o total de 259,5 GWh (277,8 GWh em 2022).

(*) Conforme mencionado na nota explicativa 1.2, desde 2020, o desempenho das usinas solares do Grupo é impactado pela limitação relativa ao volume de energia a ser gerada a qual foi imposta pelo operador brasileiro do sistema (ONS), *constrained-off*, deste modo a empresa reconheceu em 2023 o valor de R\$ 13.523 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022), que é fruto da compensação da limitação imposta pela ONS.

19 Custos e despesas operacionais

	Consolidado	
	2023	2022
Custos do serviço de energia elétrica		
Depreciação e amortização	(20.682)	(18.669)
Custo de manutenção e operação	(6.843)	(5.237)
Encargo de uso de rede de energia elétrica (c)	(7.250)	(6.815)
Serviços prestados – Partes relacionadas (b)	(2.268)	(2.140)
Atualização do custo de desmobilização (d)	3.948	-
Atualização monetária da provisão de desmobilização	(1.505)	(1.336)
Compromissos ambientais	(232)	(949)
Custos de locação de terras (a)	(1.269)	(1.197)
Seguros	(1.558)	(1.205)
Outros	-	(10)
Total	(37.659)	(37.558)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas gerais e administrativas				
Contabilidade e auditoria	(57)	(72)	(411)	(509)
Serviços técnicos	(2)	(28)	44	(60)
Assessoria e advogados	(18)	(4)	(264)	(346)
Impostos e taxas	(9)	(400)	(36)	(509)
Internet e comunicação	-	-	(154)	(139)
Despesas e provisões diversas	-	-	(69)	2
Total	(86)	(504)	(890)	(1.561)

- a) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos.
- b) Ao longo de 2023 a Empresa dispôs de serviços compartilhados das demais empresas do Grupo Atlas, conforme nota explicativa nº 22.
- c) Refere-se a custos junto a CCEE provenientes do custo do uso da rede de transmissão
- d) Refere-se a atualização do estudo do custo de desmobilização dos parques em operação.

20 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	98	-	4.972	3.852
Juros sobre mútuo concedidos (a)	-	1.234	-	1.234
	98	1.234	4.972	5.086
Despesas financeiras				
Carta de crédito e despesas bancárias (b)	(428)	(245)	(6.817)	(8.770)
Bônus de adimplência (c)	-	-	916	388
Despesas de juros de financiamento (d)	-	-	(17.113)	(19.750)
Variação cambial passiva	(260)	(152)	(279)	(162)
	(688)	(397)	(23.293)	(28.294)
Resultado financeiro, líquido	(590)	837	(18.321)	(23.208)

- (a) Refere-se a juros decorrentes de mútuos com a Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. Veja nota explicativa 22.
(b) Com a captação de recursos junto ao BNB e visando assegurar aspectos operacionais, a Empresa e suas controladas firmaram a contratação de carta de crédito.
(c) Refere-se à redução dos juros conforme nota explicativa nº 14, aqui demonstrado positivo para melhor apresentação.
(d) Conforme nota explicativa 12.

21 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2023 o montante remanescente a pagar de Imposto de Renda e Contribuição Social da Empresa é de R\$ 1.587 (R\$ 983 em 31 de dezembro de 2022). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora	
	2023	2022
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	64.025	41.536
Provisões diversas	279	152
Resultado de equivalência patrimonial	(64.701)	(41.204)
Base de cálculo	(397)	484
Compensação com prejuízos fiscais – 30%	-	(145)
Imposto de renda e contribuição social	-	(91)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	-	18.8%

(i) A Empresa não constitui impostos diferidos ativos dado que por ser uma Holding e seu lucro ser basicamente resultado de equivalência, que é um resultado não tributável, a Empresa não apresenta expectativa de lucros tributáveis.

(ii) O prejuízo fiscal da Empresa em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 3.021 (R\$2.624 em 31

de dezembro de 2022).

	Consolidado	
	2023	2022
Receita bruta (a)	130.658	112.686
Presunção do Imposto de renda – 8% (b)	10.453	9.015
Presunção da Contribuição social – 12% (c)	15.679	13.522
Demais receitas – (d)	5.159	4.382
Base de cálculo do IRPJ - (b) + (d)	15.612	13.397
Imposto de renda a alíquota de 15%	(2.342)	(2.010)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(1.537)	(1.244)
Total IRPJ	(3.879)	(3.253)
Base de cálculo da CSLL - (c) + (d)	20.838	17.904
Contribuição social a alíquota de 9%	(1.875)	(1.612)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(5.754)	(4.865)
Alíquota efetiva (*)	4%	4%

(*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a) e Demais receitas (d).

A tributação aplicada no consolidado refere-se ao regime optado pelas investidas, de lucro presumido, portanto, tendo sua despesa de imposto de renda e contribuição social calculados sobre suas receitas operacionais e financeiras.

22 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta da Empresa é a Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda e o controlador final é o GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para 2023 e 2022 não foram fixadas remunerações.

c. Operações com partes relacionadas

Controladora

	Contas a receber		Contas a Pagar		Receita / (Despesa) (a)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<i>(i) Partes relacionadas – Nacional</i>						
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	-	3.780	11.317	12.997	-	(191)
Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda	473	-	-	-	-	-
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda	3.628	-	-	-	-	-
Total	4.101	3.780	11.317	12.997	-	(191)
	Contas a receber		Contas a Pagar		Receita / (Despesa)	

Atlas Juazeiro Holding Ltda.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023 e 2022*

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>(ii) Partes de relacionadas – Internacional</u>						
Javiera SpA	-	153	-	-	-	-
Parque Solar Fotovoltaico Sol Del Desierto SPA	-	199	-	-	-	-
Quilapilún Transmisión S.A.	-	171	-	-	-	-
Atlas Energia SpA	-	758	-	-	-	-
Vega Solar 6 Sapi de C.V	-	193	-	-	-	-
La Pimienta Solar S DE R.L. DE C.V	-	1.594	-	-	-	-
Colidim S.A.	-	1.422	-	-	-	-
Jolipark S.A.	-	420	-	-	-	-
Total	-	4.910	-	-	-	-
Operação Intercompany (i+ii)	4.101	8.690	11.317	12.997	-	(191)
	Contas a receber		Contas a Pagar		Receita / (Despesa)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<u>(iii) Mútuos com partes relacionadas</u>						
Atlas Energia Renovável Do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	1.234
Total	-	-	-	-	-	1.234

	Contas a receber		Contas a Pagar		Receita / (Despesa)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<u>(iv) Dividendos</u>						
Atlas Energia Renovável Do Brasil S.A.		-	14.978	14.753	-	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.	2.847	2.789	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda.	4.439	3.530	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda.	4.289	4.238	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda.	4.600	4.196	-	-	-	-
Total	16.175	14.753	14.978	14.753	-	-

Consolidado

	Contas a receber		Contas a Pagar		Receita / (Despesa) (a)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<u>(i) Partes relacionadas – Nacional</u>						
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	-	3.780	11.317	12.997	-	-
Atlas do Brasil Desenvolvimento de Projetos de Geração de Energia Ltda					(1.700)	
Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda.	473	-	-	-	-	-
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda.	3.628	-	-	-	-	-
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	-	-	(568)	(2.140)
Total	4.101	3.780	11.317	12.997	(2.268)	(2.140)
	Contas a receber		Contas a Pagar		Receita / (Despesa)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<u>(ii) Operações intercompany – Internacional</u>						

Javiera SpA	-	153	-	-	-	-
Parque Solar Fotovoltaico Sol Del Desierto SPA	-	199	-	-	-	-
Quilapilún Transmisión S.A.	-	171	-	-	-	-
Atlas Energia SpA	-	758	-	-	-	-
Vega Solar 6 Sapi de C.V	-	193	-	-	-	-
La Pimienta Solar S DE R.L. DE C.V	-	1.594	-	-	-	-
Colidim S.A.	-	1.422	-	-	-	-
Jolipark S.A.	-	420	-	-	-	-
Total	-	4.910	-	-	-	-
Operação Intercompany (i+ii)	4.101	8.690	11.317	12.997	(2.268)	(2.140)

<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a Pagar</u>		<u>Receita / (Despesa)</u>	
<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>

(iii) Mútuos com partes relacionadas

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	1.234
Total	-	-	-	-	-	1.234

<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a Pagar</u>		<u>Receita / (Despesa)</u>	
<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>

(iv) Dividendos

Atlas Energia Renovável Do Brasil S.A.	-	-	16.246	14.753	-	-
Total	-	-	16.246	14.753	-	-

- (i) Refere-se aos montantes de contas a pagar e receber entre partes relacionadas nacionais
(ii) Refere-se aos montantes de contas a receber entre partes relacionadas internacionais
(iii) Refere-se a mútuos com a controladora Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. com juros de 100% da SELIC.

(a) Conforme nota explicativa nº 19.

As controladas possuem contratos de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora. O critério de rateio se dá com base na capacidade instalada para cada Controlada em face do total. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

Atlas Juazeiro Holding Ltda.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023 e 2022*

	Nota	2023 - Valor contábil - Controladora		2023 - Valor contábil – Consolidado	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros					
Caixas e equivalentes de caixa	8	430	102	60.499	904
Contas a receber	9	-	6.502	-	22.673
Dividendos a receber	22	-	16.175	-	-
Outras contas a receber	-	-	5.826	-	5.826
Aplicações financeiras vinculadas	10	-	-	13.442	-
Total		430	28.604	73.941	29.403
Passivos financeiros					
Fornecedores	13	-	11.326	-	14.143
Financiamentos	14	-	-	-	246.022
Dividendos a pagar	22	-	16.246	-	16.246
Outras contas a pagar	13	-	30	-	604
Total		-	27.602	-	277.015
<hr/>					
	Nota	2022 - Valor contábil - Controladora		2022 - Valor contábil – Consolidado	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros					
Caixas e equivalentes de caixa	8	-	8	17.880	549
Contas a receber	9	-	14.598	-	25.627
Aplicações financeiras vinculadas	10	-	-	12.214	-
Dividendos a receber	22	-	14.753	-	-
Total		-	29.359	30.094	26.176
Passivos financeiros					
Fornecedores	13	-	13.003	-	14.973
Financiamentos	14	-	-	-	257.662
Dividendos a pagar	22	-	14.753	-	14.753
Outras contas a pagar	13	-	25	-	311
Total		-	27.781	-	287.699

Atlas Juazeiro Holding Ltda.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023 e 2022

	Nível hierárquico do valor justo	2023 - Valor contábil – Controladora		2023 - Valor contábil – Consolidado	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	532	532	61.403	61.403
Contas a receber	Nível 2	6.502	6.502	22.673	22.673
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	-	-	13.442	13.442
Outras contas a receber	Nível 2	5.826	5.826	5.826	5.826
Dividendos a receber	Nível 2	-	16.175	-	-
Total		12.860	29.035	103.344	103.344
Passivos financeiros					
Fornecedores	Nível 2	11.326	11.326	14.143	14.143
Financiamentos	Nível 2	-	-	246.022	246.022
Adiantamento de clientes	Nível 2	-	-	5.442	5.442
Dividendos a pagar	Nível 2	16.246	16.246	16.246	16.246
Outras contas a pagar	Nível 2	30	30	604	604
Total		27.602	27.602	282.457	282.457
Ativos financeiros					
Caixas e equivalentes de caixa	Nível 2	8	8	18.429	18.429
Contas a receber	Nível 2	14.598	14.598	25.627	25.627
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	-	-	12.214	12.214
Outras contas a receber	Nível 2	-	-	18	18
Dividendos a receber	Nível 2	14.753	14.753	14.753	14.753
Total		29.359	29.359	71.041	71.041
Passivos financeiros					
Fornecedores	Nível 2	13.003	13.003	14.973	14.973
Financiamentos	Nível 2	-	-	257.662	257.662
Dividendos a pagar	Nível 2	14.753	14.753	14.753	14.753
Outras contas a pagar	Nível 2	25	25	311	311
Total		27.781	27.781	287.699	287.699

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

<u>Tipo</u>	<u>Técnica de avaliação</u>	<u>Inputs significativos não observáveis</u>
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos a qual a Empresa está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Empresa.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixas e equivalentes de caixa	532	8	61.403	18.429
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	13.442	12.214
Contas a receber	6.502	14.598	22.673	25.627
Outras contas a receber	5.826	-	5.826	18
Total transações no resultado	12.860	14.606	103.344	56.288

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Empresa centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Empresa prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

Contas a receber

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria no qual o cliente opera.

A Empresa estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2023 a Empresa avaliou que não foi necessário o reconhecimento de uma provisão para redução ao valor recuperável.

A Empresa não exige garantias com relação a contas a receber de clientes. A Empresa não tem contas a receber de clientes para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

b) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2023	Consolidado					
Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais					
	Total	1 ano ou menos	2 – 5 Anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos	
Passivos financeiros						
Financiamentos	246.022	490.908	34.188	107.453	284.377	64.890
Fornecedores e outras contas a pagar	14.747	14.747	14.747	-	-	-
	260.769	505.655	48.935	107.453	284.377	64.890

31 de dezembro de 2022	Consolidado					
Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais					
	Total	1 ano ou menos	2 – 5 Anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos	
Passivos financeiros						
Financiamentos	257.662	382.912	32.783	73.667	122.913	153.549
Fornecedores e outras contas a pagar	15.284	14.973	14.973	-	-	-
	272.946	397.885	47.756	73.667	122.913	153.549

c) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

d) **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, da Empresa centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros da Empresa é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa possui financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Empresa efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Empresa que estão expostos a indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Empresa, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices		Variação	Cenário provável	Sensibilidade		
		31/12/2023	31/12/2024	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices						
IPCA (a)		4,46%	3,90%	3,90%	4,88%	5,85%
Risco de redução das taxas de juros e índices						
CDI (c)		11,87%	9,15%	9,15%	11,44%	13,73%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em	Sensibilidade				
		31/12/2023	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	IPCA	(246.022)	(9.595)	(11.994)	(14.392)	(7.196)	(4.797)
Total		<u>(246.022)</u>	<u>(9.595)</u>	<u>(11.994)</u>	<u>(14.392)</u>	<u>(7.196)</u>	<u>(4.797)</u>
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras e							
Aplicações financeiras							
vinculadas		CDI	<u>73.941</u>	<u>6.766</u>	<u>8.457</u>	<u>10.148</u>	<u>5.074</u>
							<u>3.383</u>

(a) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Boletim Focus

(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

24 Contingências

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa da Empresa para suportar as prováveis e possíveis perdas com essas causas.

A controlada direta da Empresa Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda, possui ação com classificação de perda possível, contra o estado da Bahia, referente a autuação fiscal relativa à escrituração extemporânea de ICMS, no montante de R\$ 218 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

Não causas classificadas como prováveis em 2023 e 2022.

25 Demonstração dos fluxos de caixa

a) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	Controladora	
	2023	2022
Contas a receber	-	601
Integralização de capital social	650	(593)
Redução de capital	-	19.724
Redução de capital social em investidas	-	2.436
Mútuos financeiros partes relacionadas	-	(19.876)
Outras contas a pagar	-	(7)
Dividendos recebidos	-	(18.959)
Dividendos pagos	-	18.958
Dividendos a pagar	16.246	-
Distribuição de dividendos	(16.246)	-
Dividendos a receber	(16.175)	-
Distribuição de dividendos nas investidas	16.175	-
Fornecedores	(650)	(2.284)
	-	-
	Consolidado	
	2023	2022
Contas a receber	6.516	(18.213)
Mútuos financeiros partes relacionadas	-	(19.876)
Dividendos pagos	-	18.958
Integralização de capital social	-	(593)
Redução de capital social	-	19.724
Outras receitas – <i>constrained off</i>	13.523	-
Contas a receber	(13.523)	-
Dividendos a pagar	16.246	-
Distribuição de dividendos	(16.246)	-
Fornecedores	(650)	-
Integralização de capital social	650	-
Pagamento de ressarcimento	(6.516)	-
	-	-

26 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Empresa para os anos subsequentes.

2024	2025	2026	2027	2028 a 2038	Total
------	------	------	------	-------------	-------

TUST/TUSD (a)	(2.012)	(2.096)	(2.182)	(2.268)	(31.817)	(40.379)
Seguros e garantias (b)	(91)	(94)	(87)	(90)	(1.082)	(1.443)
Contratos de (O&M) (c)	(860)	(889)	(918)	(949)	(11.647)	(15.263)
Arrendamento (d)	(314)	(378)	(399)	(413)	(5.538)	(7.042)
Outros (e)	(1.100)	(1.151)	(1.196)	(1.244)	(17.496)	(22.186)
Total	(4.377)	(4.608)	(4.782)	(4.964)	(67.580)	(86.313)

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, o Grupo irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2024 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024 (julho/23 a junho/24) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2024 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024.

b) Seguros e garantias

O Grupo possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

c) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

O Grupo possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

O Grupo possui contratos de arrendamentos dos terrenos pertinentes à utilização para instalação do parque fotovoltaico.

e) Outros

O Grupo possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *